

ESTUDO DE CASO DE MUDANÇAS NAS CONFIGURAÇÕES SUBJETIVAS SOCIAIS DE UMA INSTITUIÇÃO LGBT+

CASE STUDY OF CHANGING SOCIAL SUBJECTIVE CONFIGURATIONS IN A LGBT+ INSTITUTION

Marilda Vinhote Bentes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR
marilda.bentes@ifrr.edu.br

José Moyses Alves

Universidade Federal do Pará-UFGPA
jmalves@ufpa.br

Resumo

Este estudo investiga mudanças nas configurações subjetivas sociais da Associação Grupo Athena Cores de Roraima-AGAC/RR, que atende ao público LGBT+, em Boa Vista-RR. É inspirado na teoria da subjetividade e na epistemologia qualitativa de González Rey, na qual a subjetividade é concebida como um objeto de estudo complexo, que diz respeito aos processos humanos que se desenvolvem na cultura e se organizam nos níveis social e individual. Realizamos um estudo de caso, a partir das informações produzidas durante entrevista; análise documental; e construção de um diário de campo. AGAC/RR emerge como uma instituição que luta pelos direitos da comunidade LGBT+, contribuindo para a superação da discriminação, da passividade, do assistencialismo e da descrença no movimento. As configurações subjetivas sociais de seus dirigentes mudam para uma postura mais aberta e inclusiva, voltada às políticas públicas que favorecem a cidadania LGBT+, tornando-se importante para o ensino de Ciências e Biologia.

Palavras chave: ciências e biologia, configurações subjetivas sociais, lgbt+, assistencialismo, políticas públicas.

Abstract

This study investigates changes in the subjective social configurations of the Association Group Athena Cores de Roraima-AGAC/RR, that serves LGBT+ audiences in Boa Vista-RR. It is inspired by González Rey's theory of subjectivity and qualitative epistemology, in which subjectivity is conceived as a complex object of study, that concerns the human processes that develop in culture and are organized at the social and individual levels. We conducted a case study, based on the information produced during an interview; documentary analysis; and building a field diary. AGAC/RR emerges as an institution that fights for the rights of the LGBT+ community, contributing to overcoming discrimination, passivity, of welfare and disbelief in the movement. The subjective social configurations of their leaders change to a

more open and inclusive posture, focused on public policies that favor LGBT+ citizenship, becoming important for the teaching of Science and Biology.

Key words: science and biology, social subjective configurations, lgbt+, welfarism, public policies.

Introdução

O presente artigo apresenta um estudo de caso sobre as mudanças nas configurações subjetivas sociais de uma instituição que atende ao público LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e mais) em Boa Vista, Roraima. O movimento LGBT+ no Brasil alcançou importantes conquistas, tais como a garantia do direito ao uso do nome social; o direito às uniões homoafetivas estáveis; à adoção de crianças e adolescentes por casais homoafetivos, dentre outros, que concretizam a garantia dos direitos humanos, em distintos grupos sociais.

Mesmo com os avanços, as discussões envolvendo a população LGBT+ ainda são incipientes, pois vivemos em uma sociedade heteronormativa, que tenta homogeneizar crenças, valores e comportamentos. Fato constatado no perfil formativo da Base Nacional Comum Curricular-BNCC, que envolve as áreas do conhecimento: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional, mas segundo Bellini (2020), desde 2019, há um palco de disputa acerca da organização do currículo, a partir de setores neoliberais cujo intento é a interferência, visando à dissolução da escola e da educação pública de qualidade no Brasil. Na mesma direção, Santos, Miesses e Carvalho (2021, p. 513) expõem que esse perfil resulta em “[...] um caráter conservador nas discussões das versões da Base”, pois volta-se ao empreendedorismo para o mercado, havendo, segundo os autores, diversas restrições à autonomia das/os educadoras/es e estudantes, principalmente quando se evidenciam “[...] os apagamentos das discussões sobre direitos humanos e civis, diversidade cultural, inclusão social, sobre gênero e sexualidade nas competências específicas para o Ensino Fundamental e Médio”, inclusive nos encaminhamentos teórico-metodológicos previstos.

Nesse sentido, nota-se um despreparo coletivo para lidar com as diferenças de gênero e com as políticas públicas, capazes de produzir efeitos negativos para a população em questão. Tal despreparo repercute no currículo de Ciências e Biologia, que no processo educacional não forma para uma postura crítica ao preconceito, à desigualdade, ao sexismo, ao racismo, às violências de gênero e LGBT em nossa sociedade. Segundo Monteiro e Ribeiro (2020), o trecho que defendia o respeito à orientação sexual de cada um foi suprimido da BNCC, pois ficou “[...] à mercê de influências religiosas fundamentalistas, conservadoras e moralizantes que, em detrimento da ciência, eliminaram de seu texto final todo conteúdo associado a Gênero [...]” (MONTEIRO; RIBEIRO, 2020, p. 11).

Contextos como esse, em que restringe o estudo de gênero na Educação Básica “[...] muitas vezes às abordagens no Ensino de Biologia, no qual o enfoque são as desigualdades biológicas entre homens e mulheres, abordadas superficialmente e voltadas para a reprodução humana” (REIS; GOULARTH, 2017, p. 90), traz à tona a relevância dos movimentos sociais, com o papel educacional de contribuir com a ideia de gênero enquanto construção social.

Entre outros movimentos sociais roraimenses com objetivos semelhantes de atuar para o favorecimento da cidadania da população LGBT+, a Associação Grupo Athena Cores de Roraima-AGAC/RR, foi o foco do presente estudo de caso. A escolha ocorreu,

primeiramente, porque a AGAC/RR tem como objetivo fundamental atuar na defesa e promoção da livre orientação sexual, identidade e expressão de gênero, bem como dos direitos humanos e da cidadania plena da referida comunidade. A instituição luta contra a perspectiva em voga de setores conservadores que, segundo Carvalho et al (2015, p. 102), alegavam:

[...] que o termo gênero, tomado por seu aspecto de construção social, geraria uma confusão na promoção da igualdade e da equidade entre as pessoas, e poderia, entre outras coisas, destruir a família, os valores tradicionais, as leis naturais, biológicas e religiosas para homens e mulheres ao favorecer políticas de promoção LGBT, de compreensão sobre a diversidade sexual, sobre os papéis de gênero, a despatologização da transexualidade, a discussão entorno da criminalização da homofobia.

Essa perspectiva desvirtua o papel da educação de primar pela redução da desigualdade existente na sociedade. O segundo motivo para escolha da instituição foi o anseio de conhecer mais profundamente sua história, sobre a experiência que acumulou ao longo de sua existência e como suas ações podem contribuir para o processo educacional.

A instituição caracteriza-se como um sujeito coletivo, que confronta o caráter heteronormativo ainda hegemônico na sociedade brasileira e cria sua própria via de subjetivação, a partir do debate coletivo dos associados. O estudo de caso foi feito com membros fundadores e atuais da instituição, acompanhando momentos de tomada de decisões importantes, por meio de entrevista, do registro das reuniões e análise documental. O objetivo foi compreender o processo de produção da subjetividade social da associação, a partir da análise das (re)configurações subjetivas sociais da equipe que a coordena, em momentos de tomada de decisões importantes, nas discussões e lutas contra a discriminação, o preconceito e de afirmação de sua identidade, considerando os direitos constitucionais.

Este estudo de caso foi inspirado na teoria da subjetividade e na epistemologia qualitativa de González Rey (2017, 2019). Nessa teoria, a subjetividade é concebida como um objeto de estudo complexo, que diz respeito aos processos humanos que se desenvolvem na cultura e se organizam, simultaneamente, nos níveis social e individual. Segundo González Rey (2016, p. 185), a subjetividade se estrutura como configuração complexa de sentidos subjetivos “[...] caracterizado por uma cadeia de processos, na qual processos simbólicos e emoções emergem juntos como uma nova qualidade que difere de todos os processos que participam de suas gêneses”.

As unidades simbólico-emocionais são os sentidos subjetivos que o indivíduo produz em determinada ocasião, tendo em vista sua história passada a partir dos processos de interação de que participa em diversos contextos sociais. Eles se organizam em configurações de sentidos subjetivos, que têm um caráter autorregulador e autogerador. A subjetividade é um sistema simbólico-emocional em desenvolvimento, ao mesmo tempo individual e social. “Os indivíduos são constituintes dos espaços sociais, suas produções sempre são parte ativa da configuração subjetiva social desses espaços” (GONZÁLEZ REY; MITJANS MARTINEZ, 2017, p. 673).

Nessa perspectiva, para a compreensão de qualquer processo social, precisa-se considerar a integração dessas duas categorias (subjetividade individual e social) na organização subjetiva. A subjetividade individual corresponde às formas de organização subjetiva dos indivíduos, que vivenciam, permanentemente, os espaços sociais constituídos historicamente, pela forma singular de sua subjetivação. Quanto à subjetividade social,

[...] representa a complexa rede de configurações subjetivas sociais dentro das quais todo funcionamento social tem lugar. Esses processos acontecem sem que os participantes que compartilham esses espaços sociais tomem consciência deles. A subjetividade social emerge como parte das subjetividades individuais de tal maneira camuflada que é impossível inferi-la diretamente dos comportamentos observados ou da linguagem explícita (GONZÁLEZ REY, 2015, p. 13).

Na presente pesquisa, interessou-nos estudar as mudanças na subjetividade social de uma instituição LGBT+, pois, de acordo com Muniz e Mitjans Martínez (2019, p. 36), “Diversos grupos sociais podem se expressar como verdadeiros sujeitos sociais quando geram espaços próprios de subjetivação que tensionam os espaços sociais normativos em que estão inseridos”. Assim, a história é construída por agentes ativos, motivados e conscientes, mas as transformações culturais são feitas por sujeitos que, além disso, criam uma via própria de subjetivação e transcendem os espaços normativos em que estão inseridos (GONZÁLEZ REY; MITJANS MARTÍNEZ, 2017).

MÉTODO

O presente estudo é inspirado pela metodologia construtivo-interpretativa, a partir dos pressupostos da epistemologia qualitativa, desenvolvida por González Rey e Mitjans Martínez (2017). Nessa perspectiva, a construção do conhecimento é concebida como um processo contínuo de interpretação e construção de modelos teóricos, realizado a partir do diálogo com os participantes. O estudo da configuração subjetiva singular de casos individuais ou sociais, é considerado uma forma legítima de produzir conhecimento.

A pesquisa ocorreu no período de setembro a dezembro de 2021, na sede própria da AGAC/RR, com a participação de cinco informantes que desenvolviam alguma atividade relacionada à associação direta ou indiretamente. Tal participação ocorreu a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e do Termo de Autorização de Uso de Imagem, Voz e Som, sendo garantido aos participantes o anonimato, com identificação dada por meio de pseudônimos, a saber: Gustavo (homem gay, 46 anos), Eduarda (lésbica, advogada, 62 anos), Daniel (homem negro, gay, ativista, administrador de empresa) e João (homem transgênero, vigilante patrimonial, 32 anos).

Para a construção das informações, utilizamos o estudo de caso com uso de entrevista individual aberta e gravada (E), direcionada aos cinco participantes da associação, análise documental e de áudio (AD) e construção de um diário de campo (DC), que tiveram a função de constituírem-se favorecedores da expressão dos participantes.

A análise tentou captar as mudanças nas práticas, valores e formas de organização da instituição, considerando as informações obtidas com os participantes. A partir delas, elaboramos indicadores de sentidos subjetivos e configurações de sentidos subjetivos sociais, atentos às transformações significativas em tais configurações.

ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES PRODUZIDAS

A instituição foi fundada em 10 de fevereiro de 2012, com o nome de Associação de Luta pela Igualdade Sexual no Estado de Roraima – Grupo Athena – ALIS/RR. Atualmente, sob o nome de Associação Grupo Athena Cores de Roraima – AGAC/RR, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que presta serviço social e tem como missão atuar na defesa e promoção da livre orientação sexual, identidade e expressão de gênero, assim como dos direitos humanos e da cidadania plena de LGBT+ no estado de Roraima.

Nosso contato inicial foi com o presidente da associação. Após uma explanação sobre nosso objetivo e intenção acadêmica, ele assinou uma Carta de Autorização da pesquisa e nos repassou as documentações necessárias para identificação dos informantes. O contato foi significativo, uma vez que participamos das reuniões e tivemos acesso a Atas e Estatutos, realizamos entrevistas individuais abertas e gravadas com os cinco participantes da pesquisa, a partir dos temas: ativismo, associação e direitos constitucionais. Todas as etapas culminaram em registros e diário de campo, não apenas descritivos, mas com análises e reflexões.

Em 2011, Eduarda, advogada, participando de ações promovidas por outras instituições que lidam com a população LGBT+, observou que o foco daquelas instituições, mesmo deixando aberta a participação de todos, eram os homens gays e as mulheres trans. Foi quando começou a questionar sobre a necessidade de atividades ou grupos específicos para a comunidade lésbica. Partindo para a ação, uniu-se a algumas mulheres que estavam elaborando um Estatuto Social que tinha como meta atingir políticas para esse público. Esse tensionamento de Eduarda foi motivado pelo fato de ser lésbica e não se ver representada pelas instituições existentes e por observar que muitas de suas amigas lésbicas e bissexuais ainda viviam em situações de extrema discriminação.

Assim, em meio a várias discussões, acerca da construção de uma nova associação e a criação de um Estatuto específico para as mulheres lésbicas e bissexuais, muitos conflitos vieram à tona, dentre eles, a questão da visibilidade social que existia para os homens gays e não para as lésbicas no Estado de Roraima. Por isso, entre as pessoas envolvidas naquela época, algumas queriam limitar o documento apenas às mulheres lésbicas e bissexuais, não aceitando a participação de gays como filiados, nem mesmo como aliados na luta em prol da população LGBT+.

Após vários debates, em 2012, o documento explicitou as mulheres como público-alvo, porém ficou implícito o atendimento aos demais, a partir do termo “gênero”, tal como podemos ler no excerto que segue (AD):

[...] Ser um instrumento de expressão da luta pela conquista dos direitos humanos plenos das pessoas, independentes de sua orientação afetivo-sexual, doravante aqui denominadas mulheres lésbicas, bissexuais e heterossexuais dentre outros gêneros, contra quaisquer formas de discriminação, sejam elas jurídicas, sociais, políticas, religiosas, culturais ou econômicas (RORAIMA, 2012, p. 1).

Eduarda relata que, na época, o que se queria era dar visibilidade social e política à causa e ao atendimento que as mulheres lésbicas necessitavam. Então, era muito forte a defesa de que o grupo fosse constituído apenas por lésbicas, mesmo conhecendo a necessidade da participação dos homens gays. Então, não na visão de Eduarda, mas do restante do grupo de lésbicas e bissexuais, isso implicaria em não filiar os homens gays, mesmo que eles ajudassem no processo de construção da nova associação e Estatuto (DC).

O que existia até o momento, segundo as falas de Eduarda, era um grupo de mulheres, com uma participação comprometida, pois a passividade em muitos casos gerava desistências; em outros, havia a descrença que o movimento poderia fazer algo, já que nas reuniões as discussões giravam em torno das políticas públicas. Entretanto, o que essas mulheres buscavam era receber assistência, como cestas básicas, por exemplo (E).

Gustavo também contou acerca do processo de discussão, avaliando que não foi nada fácil, pelo contrário, pois às vezes, uma simples discordância gerava a desistência do envolvimento.

Inclusive a participação de gays nas discussões era conflitante, uma vez que na visão da maioria das lésbicas, não deveria haver envolvimento de gays e nem de transgêneros, pelo fato de que, segundo Eduarda e Gustavo, já havia instituições que atendiam a essas pessoas (DC).

Gustavo relatou que o processo foi muito sofrido para levar adiante o sonho de construir mais uma associação, pois, segundo ele “[...] a realidade envolve não apenas o lado racional do ser humano, mas acima de tudo o emocional” (E). Ele, em conjunto com outras pessoas, não se deixou abalar, uma vez que tinha esperança de que a vivência de um LGBTQ+ seria suficiente para motivar seu engajamento, já que sentir na “pele” o preconceito e a discriminação seria um elemento motivacional para um “[...] gritar no momento certo, e essa é a reflexão que devemos levar como munição para exercer durante anos e fortalecer o movimento [...]” (E).

Atualmente, a AGAC/RR dá ênfase ao protagonismo que algumas pessoas da comunidade LGBTQ+ estão vivenciando no cenário político, pois a representatividade nas instâncias decisórias, no parlamento ou em outros contextos, decorre do trabalho conjunto com os movimentos sociais e isso dignifica o trabalho e a luta pelos direitos. Segundo João, principalmente, passa a “[...] existir esperança no surgimento de novas propostas de mudança na legislação que especificamente contempla a promoção dos direitos sexuais de LGBTQ+” (E), citando o Projeto de Lei n. 5.003/2001, que criminaliza a homofobia, como referência de avanço.

Todos os participantes argumentaram que era preciso agir, necessário fazer o seu papel, o de enfrentar os embates políticos, fazer-se presente nas ações públicas, discutir, mostrar a identidade da população em questão, lutar pelos direitos que já existem e requerer o que ainda é escasso. Os participantes trazem à tona suas vivências de mais de 18 anos de movimento, citando vitórias e participações que deram espaço para o surgimento de outras instituições, como é o caso da atual AGAC/RR, que busca desenvolver e participar do contexto político e social com foco nas políticas públicas para a população. Nesse processo, tem-se a proximidade com a ideia de sujeito ativo, sendo aquele que cria sua própria via de subjetivação e confronta a realidade em defesa da população LGBTQ+ (DC).

O ressurgimento da AGAC/RR

Nesse contexto, a ALIS/RR ressurgiu como AGAC/RR, ganhando fôlego em suas atividades, pois o grupo buscava uma perspectiva de implementação de políticas públicas, promoção de ações voltadas à educação, saúde, saneamento básico, segurança. Objetivavam propor novas políticas para a população LGBTQ+, mediando de maneira significativa a relação Estado e sociedade, no que diz respeito à busca pelos direitos para fortalecimento da cidadania LGBTQ+.

Por isso, João, empenhado em retomar as atividades da ALIS/RR, buscou uma nova diretoria, que pudesse refletir as mudanças de perspectiva do grupo. Assim, alterou a composição da diretoria, antes formada apenas por lésbicas, para uma equipe composta por gays, trans e lésbicas, buscando diversificar a participação, de modo que todos se sentissem representados. Com a nova formação, cada integrante era “vestido” de suas particularidades, facilitando o conhecimento acerca das políticas públicas necessárias, ao tempo de colocar em prática as já existentes e criar novas. Portanto, o fato de se ter um homem trans na composição da equipe, significou conhecer suas demandas, suas particularidades e seus procedimentos para melhor direcionar a luta, o mesmo para gays e lésbicas (DC).

Assim, no que diz respeito às ações, esse é um ponto ainda complicado para a associação, uma vez que os participantes sabem da necessidade de estratégias assistencialistas, por conhecer as demandas do público-alvo que atende. Entretanto, a nova diretoria observa que

entre as questões dessa natureza não é necessário focar na doação (assistencialismo), mas sim na necessidade de que seja trabalhada a pauta da empregabilidade, já que há muitas pessoas em condição vulnerável ou de carência. Então, é quase unânime a aprovação para que haja atividades e ações que visem a melhorar a situação daqueles que estão envolvidos com a associação, principalmente na área educacional com foco a inseri-los no mercado de trabalho e não apenas doações.

Todo o apoio que seja possível dar ao público-alvo da associação é importantíssimo, ações concretas são necessárias, pois “[...] a comunidade precisa ter meios para ingressar no universo do trabalho, pois se dermos tudo pronto, não os habilitamos para lutar por uma vida melhor, mas sim, sempre esperar pelo outro. Por isso, precisamos instrumentalizar quem nos procura [...]” (E), diz João. Essas falas apareceram também no discurso de Daniel, que observa a necessidade de criar meios tecnológicos para disseminar oportunidades de empregos, cursos e quaisquer outras formas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida.

Ao ouvir João, é notório a empolgação do grupo em prol da causa, o desejo de que as políticas públicas ocorram, pois em suas falas, cita Eduarda, já que ela esteve na associação desde sua fundação, o quanto ela se sente realizada em perceber a maturidade que a AGAC/RR está alcançando e que, atualmente, a associação ganhou um espaço, mesmo que provisório, mas já se consegue reunir, discutir e planejar o que e como fazer (DC).

No que se refere à questão legal da AGAC/RR, foi bem conturbada, uma vez que havia a necessidade de legalizar a associação frente aos órgãos públicos e privados. Todos ainda estavam em um processo de aprendizagem acerca das demandas de uma organização da sociedade civil. As divergências ou embates surgiram, voltando-se para que tipo de ações deveriam ocorrer: se davam ênfase ao processo burocrático (legalização documental) ou faziam eventos culturais, dentre outros assuntos que afetaram o grupo, resultando em desistência por parte de alguns.

O processo burocrático para deixar a associação legalizada junto aos órgãos competentes, que é de extrema importância, principalmente para as formalizações de parcerias, foi desgastante e trabalhoso. Por isso, das oito pessoas do grupo, duas queriam focar na legalização da associação, seguindo os trâmites de uma organização da sociedade civil, para depois promover ações, bastando, no momento, ser parceiros nas atividades dos outros movimentos. Contudo, três queriam ser mais práticos com relação às ações, ou seja, desenvolver eventos. E os demais se omitiam, não se expressavam nesse sentido, apenas queriam que ocorresse da forma mais adequada para não haver desgaste (AD).

Concomitantemente a isso, partindo do princípio da legalidade, a instituição buscava recursos para se tornar uma referência de movimento social. Começou a delinear um novo Estatuto Social, pois esse seria o documento que mostraria sua identidade institucional. Assim, a primeira discussão foi substituir o nome ALIS/RR, pois o termo “igualdade” não representava o que se queria para a associação. Segundo João, ao considerar o princípio da igualdade, não eram consideradas algumas peculiaridades ou desigualdades que a população LGBTQ+ possui. Outro ponto relevante, exposto por Eduarda, foi a questão de se usar o termo “cores”, pois representaria a classe LGBTQ+ e a pressão seria menor, já a associação voltava-se apenas para as lésbicas passaria a ter membros trans masculinos e gays. A partir de então, a ALIS ganha o nome de Associação Grupo Athena Cores de Roraima.

Nesse período de construção do referido documento, por parte dos integrantes da associação, foi percebido que não deveria haver o envolvimento do conselho nas tomadas de decisões, nem nas reuniões da diretoria, porém a maioria decidiu pela participação. Fato que acabou

gerando conflitos, pois os embates eram sempre motivados pelo foco na burocracia (defendidos pelo presidente e diretor administrativo) e pelo desenvolvimento de eventos e projetos para a comunidade (vice-presidente, diretor de marketing e um conselheiro). Logo, com o poder de voto do conselheiro, as discussões ficavam ainda mais calorosas.

Nesse processo, de quais atividades desenvolver, dois pontos eram sempre levantados. Primeiro, que os envolvidos eram trabalhadores, pouco sobrava tempo para realizar os processos que correspondiam à parte burocrática. Segundo, não havia recurso financeiro (DC). Mesmo com o impasse da presença do conselho nas discussões e quais atividades desenvolver, a AGAC/RR concorreu a um Edital do Fundo Brasil de Direitos Humanos, para angariar fundos financeiros e movimentar a associação. Após ser contemplada com os recursos financeiros, outro conflito veio à tona: onde empregar o dinheiro e como desenvolver as ações (DC).

Havia dúvidas sobre onde investir o recurso financeiro oriundo do Fundo Brasil de Direitos Humanos. Eles podiam construir uma estrutura física para atender à comunidade com serviços básicos, tais como, confecção de currículo Vitae ou Lattes, xerox, impressões, aconselhamento jurídico, atendimento psicológico, cursos diversos, dentre outras ações que focassem na formação e empregabilidade. Assim, o recurso financeiro seria para melhoria no prédio e compra de computadores, impressora, mesas, cadeiras, arquivos e o que mais fosse necessário. Ou realizariam eventos, como desfiles, neste caso, o recurso seria investido em pessoas que gerenciariam as atividades, marketing, combustível, banner, alimentação e outros para subsidiar as ações. Eventos estes com intuito de promover a visibilidade da comunidade no Estado (AD).

A partir de então, ocorreram desentendimentos no coletivo, que suscitaram outros pontos como o uso das redes sociais, a retomada das falas com relação a participação ou não do conselho fiscal nas reuniões. Foi levantada a questão de que a associação, por mais que tivesse o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica-CNPJ, ainda precisaria de outros trâmites junto à Receita Federal, por exemplo, a alteração do nome do presidente, ou na prefeitura, quanto a endereço, alvará, dentre outros fatos, que de alguma forma culminaram na desistência de quatro integrantes da AGAC/RR (AD).

Assim, o vice-presidente, o diretor de marketing e, dois conselheiros travaram embates nada amistosos com o presidente e o diretor administrativo. Qualquer situação ou fala de ambos “os lados” geravam conflitos e discussões calorosas. As questões saíram do âmbito institucional, já que de um conflito entre tratar dos aspectos burocráticos e realizar eventos, outros vieram à tona e não se obteve mais entendimentos, resultando na saída dos quatro integrantes acima citados. Com isso, novos atores passaram a constituir a associação (AD).

Até chegar em 2021, os diretores e o conselho fiscal da AGAC/RR coligavam para concretizar a finalidade principal proposta em estatuto. Daí em diante, o procedimento para alcançar o objetivo, da época, de ser um instrumento de luta pela conquista e garantia da cidadania e direitos humanos plenos da população LGBTQ+, independente de classe social, etnia, raça, gênero, religião e nacionalidade, atuando contra quaisquer formas de discriminação, sejam elas jurídicas, sociais, políticas, religiosas, culturais e/ou econômicas, foi motivo de divergências nas estratégias vislumbradas para o alcance da meta principal.

O grupo não se relacionava bem, sendo rudes uns com os outros, já que não concordavam mais com os argumentos alheios, gerando conflitos e desistências, como as relatadas anteriormente. É fato que alguns permaneceram e resolveram seguir com o desejo, segundo João, “[...] de pertencer a um grupo que possui valores, doutrinas e princípios voltados para um conviver que acredita em ideais de superação, seguindo sem atritos, mesmo com opiniões

contrárias, mas a maioria definindo o andamento do que deve ser feito” (E).

Outro fator controverso muito importante, mas que ainda permaneceu no Estatuto, foi o assistencialismo. Vivemos em uma sociedade, segundo Eduarda, em que “[...] uma parcela significativa da população LGBT+ é carente financeiramente, conheço muitas lésbicas que vivem em uma situação precária, ajudo no que posso. Com a pandemia, então, os alimentos se tornaram escassos na mesa. Por isso, nesse contexto ajudar com cestas básicas é salutar. E, mais, é um momento único para mapear pessoas LGBT+, pois devido à situação de muitos, se oferecermos ajuda, chegamos até eles” (E).

Assim, todos concordaram que o assistencialismo deveria ocorrer, mas não como prioridade da instituição, pois outras já desenvolvem esse papel. Reconheciam que a distribuição de cestas básicas; realização de Natal solidário; dia das crianças solidário também eram importantes, mas a ênfase deveria ser nas demandas da conjuntura atual, que era uma atuação em defesa e promoção da livre orientação sexual, identidade e expressão de gênero. Isso em meio a ações que traziam à tona debates, reflexões e cobranças junto aos órgãos competentes (DC).

Já na nova gestão, com quatro remanescentes e quatro novos atores de forma interina, os debates continuaram, a princípio voltados para o planejamento de como estruturar a associação para atender à comunidade, sendo consenso a postura de exigir que fossem desenvolvidas as políticas públicas existentes e propostas novas, visando atender a comunidade em questão. A partir disso, por unanimidade ficou definido continuar o processo de legalizar a associação, construir uma estrutura física para fortalecê-la, participar de cursos como ouvintes ou palestrando sobre a temática diversidade e, ainda, realizar parcerias, pois as relações com outras instituições/empresas eram fundamentais para atender a população da melhor forma possível, ou seja, com cursos, atendimento da área da saúde, empregabilidade dentre ações outras que trouxessem visibilidade ao público atendido (DC).

Para fortalecer ainda mais as questões políticas no que diz respeito à educação, a associação se submeteu, via Edital, a tornar-se parte da Comissão Setorial de Avaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR – Campus Boa Vista, como Organização da Sociedade Civil, para atuar junto à instituição no processo de avaliação institucional. Esse momento foi de grande valia, pois a representatividade nessa área se fazia necessária, já que a avaliação vai refletir as vivências internas, sobre como os atores daquele espaço percebem a instituição de ensino. Essa ação trará para a AGAC/RR um panorama para possíveis atuações, inclusive em parceria com o Tribunal de Justiça de Roraima-TJRR, na referida Instituição de Ensino (AD e DC).

João, no que tange às parcerias, citou a importância do envolvimento em palestras para docentes e discentes, uma vez que, segundo ele, “[...] nas palestras e rodas de conversas em grupos universitários, percebo que ainda há desconhecimento e preconceito nas instituições de ensino. E conhecendo o cenário podemos atuar com ações mais específicas, pois quando se trata de visibilidade, não quer dizer que queremos apenas ‘aparecer’, mas mostrar as especificidades de cada letra LGBT+, já que as pessoas não entendem que há diferença nas reivindicações. Isso dificulta muito, pois uns têm mais conquistas que outros” (E). Essas ações da Associação tornaram-se mais frequentes, pois professores de ciências e biologia passaram a convidar membros da Associação para conversas, palestras e outros eventos na universidade promovendo uma parceria proveitosa para ambas às instituições.

A discussão sobre a mudança na finalidade da associação ocorreu inúmeras vezes em reuniões, nas quais sempre se colocava a questão da inclusão a partir da noção de equidade, a qual considera a particularidade dos indivíduos. Então, o grupo, a partir dos integrantes e suas

áreas de formação, passou a traçar metas para que realmente essa inclusão ocorresse. Todavia, tinham certeza dos desafios, inclusive, Daniel citou a questão da religião, apesar de ter participado de um evento em que palestrou sobre o tema “intolerância religiosa”, não se sentia preparado, pois não possuía aprofundamento teórico para discursar sobre, já que muitas dúvidas pairam sobre a população e a discriminação bem acentuada contra os LGBTQ+.

Assim, ele falou com facilidade acerca da realidade e de ocorrências que envolveram o tema, inclusive questões históricas, mas não possuía estudo específico acerca da temática. Fato que levou os dirigentes da AGAC/RR a procurar parceria com a Universidade Federal de Roraima, em conjunto com os docentes, para discussões com acadêmicos das licenciaturas e curso de Psicologia; Universidade Estadual de Roraima, envolvimento com mestrands de áreas distintas via palestras e cooperação em pesquisa; e o Instituto Federal de Roraima - com palestras no curso de Enfermagem e Licenciatura em Ciências Biológicas, incluindo nesta, a criação de um Grupo de Pesquisa (em andamento), com linha voltada à formação docente, envolvendo, principalmente, os temas diversidade de gênero e sexual, com pesquisadores docentes, técnicos administrativos, estudantes e dirigentes da AGAC/RR, compondo as áreas de Ciências Biológicas, Comunicação Social, Geografia, Pedagogia, Gestão Pública e Letras.

No que diz respeito ao Grupo de Pesquisa, envolvendo a AGAC/RR e o IFRR, a AGAC/RR acredita que é um aprendizado que resultará em atender a comunidade de maneira eficaz, com direcionamentos adequados a cada demanda, pois a partir dos estudos teóricos, principalmente na área de Ciências, e a pesquisa de campo projetada, que tem como foco entidades que possuem diretrizes para a população LGBTQ+, com o objetivo de produzir uma cartilha informativa que poderá contribuir na formação e informação das temáticas LGBTQ+, bem como acerca dos atendimentos realizados em distintos espaços da sociedade, incluindo as unidades de ensino.

Então, com as parcerias, a AGAC/RR, por meio de seus dirigentes, conseguiu avançar no contexto educacional, principalmente no âmbito da área de ciências, uma vez que a partir dos temas gênero e sexualidade, pode expor a realidade vivenciada pelos integrantes da associação. E os docentes, com conhecimentos específicos, contribuíram para ampliação dos saberes técnicos do grupo para melhor direcionar seu público, já que, segundo Daniel “[...] queremos nos comprometer com o que podemos cumprir, esta é a meta, mesmo porque, quando falamos em direitos humanos e cidadania, abrange o ser pleno” (E).

Durante o ano de 2021, os diretores se distribuíram entre as ações, participando de rodas de conversa, palestras, atendimento voltado à área da saúde, reuniões em Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da População de LGBTQ, Comissão da Diversidade Sexual e Direitos Homoafetivos da OAB-RR, comemorações das datas alusivas ao movimento de luta pela diversidade, dentre outras ações que discutiam políticas públicas com foco na população em questão, mostrando a relevância da AGAC/RR na luta pelos direitos da comunidade LGBTQ+. João evidencia que o movimento social “[...] fortalece o conhecimento sobre o tema e sem preconceito [...]” (E), pois cada instituição propicia momentos de discussão em que debate as situações que ocorrem na realidade e que envolvem pessoas da comunidade LGBTQ+.

Destacamos a produção de sentido subjetivo, a partir do sentimento de pertencimento dos envolvidos (LGBTQ+), colocando-se como membros de uma comunidade que apresenta valores e aspirações por conhecimento, por melhorias, pela superação de uma sociedade que age com preconceito e discriminação. Fato esse que motiva buscar informações, conhecer de forma mais profunda o que envolve a população LGBTQ+, qualificação e conhecimento dos aspectos legais para um atendimento adequado a essa comunidade. Isso implica assumir uma posição autoral e motivada em relação com o que se busca (respeito e equidade) e se quer

representar (ativismo político e atuações culturais) (DC).

A “luta é totalmente por uma sociedade mais justa e que de fato cumpra os princípios da constituição cidadã em que todos são iguais perante a lei em direitos e obrigações, por isso queremos atingir as IES, pois acreditamos visível a relação com que pela educação conseguimos alcançar a cidadania para a nossa comunidade [...]”. (DC). Com isso, destacamos que a AGAC/RR é um espaço de diálogo existente entre os ativistas e a sociedade, em uma dinamicidade relacional e formativa para um repensar acerca dos elementos fundamentais que envolvem o ser humano, em direitos e deveres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A AGAC/RR é uma instituição que teve uma trajetória marcada por momentos de discriminação e conflitos, que geraram desistências e amadurecimento por parte de quem continuou nela. Historicamente, ela se edificou por meio de um processo de construção de uma base de participantes da própria comunidade LGBT+, via organização e luta política social.

As pessoas vivem e agem em espaços sociais e neles produzem sentidos subjetivos dos quais não são inteiramente conscientes, nem dos que constituem a subjetividade individual nem daqueles que constituem os processos de subjetividade social. No decorrer da pesquisa os participantes expuseram suas visões e, com elas, suas expressões políticas e sociais, demonstrando as vivências em contextos diversos, mas todos valorizando a luta pelos direitos da população LGBT+.

A princípio, a AGAC/RR, tinha foco apenas em mulheres lésbicas e bissexuais, muitas destas envolvidas por preconceito acerca do engajamento dos gays na associação ou interessadas apenas de ser beneficiadas por cestas básicas. Muitas acabaram desistindo, sem considerar que as representações coletivas dependiam do envolvimento sem discriminação e preconceito, já que a associação sempre buscou garantir o direito de todas as pessoas, independente de religião, gênero, questões étnicas, entre outros.

Na percepção de quem continuou e dos que fazem parte da associação em questão na atualidade, a busca por uma instituição plural se fazia e se faz necessária, uma vez que ao requerer políticas públicas, ganha ênfase o próprio exercício da cidadania. Condição em que a pessoa passa a usufruir dos seus direitos sejam políticos, sociais e/ou civis, mas respeitando as particularidades, neste caso, da população LGBT+.

Nesse processo, que envolve o desenvolvimento de políticas públicas, a AGAC/RR não se exime de praticar o assistencialismo, porém, não como dependência, mas como meio para favorecer a emancipação do associado. Isto se faz por meio da realização de cursos, e outras ações que favoreçam a empregabilidade ou nas situações em que o beneficiário tenha passado por algum tipo de catástrofe, por exemplo.

Assim, atualmente, a configuração de sentidos subjetivos que constituem a AGAC/RR, bem como a subjetividade singular de cada participante, motiva fomentar ações que priorizem a cidadania da comunidade LGBT+, por meio da equidade, olhando a todos e respeitando as particularidades, principalmente dessa população. Por isso, a AGAC/RR percebe as IES como ponto de partida não apenas para qualificação/capacitação dos seus pares, mas, acima de tudo, para que os licenciandos, principalmente os de Ciências Biológicas, possam conhecer os temas diversidade sexual e de gênero e as políticas públicas que os cercam, para saber como conduzir o assunto em sala de aula, uma vez que fazem parte da realidade dos estudantes.

Com isso, haverá formação em seus quadros de diretores, pois a associação compreende que

possui o papel educativo na sociedade contra o preconceito, a discriminação e a sensibilização para que se propaguem as temáticas, obtendo aliados na luta pelos direitos da comunidade em questão com representatividade em diferentes áreas. Por isso, busca parceira com instituições de ensino, que, por sua vez, ao participar desse diálogo, também amplia sua atuação nessa mesma direção e isso contribui para a formação dos professores, especialmente os de ciências e biologia, que costumemente discutiam essas questões com os estudantes da educação básica, se contrapondo à tendência da BNCC de silenciar a respeito desse assunto.

Agradecimentos e apoios

À Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR Campus Boa Vista e à Associação Grupo Athena Cores de Roraima-AGAC/RR, por esta oportunidade realizada em conjunto.

Referências

- BELLINI, M. O desmanche da educação pública nos governos Temer e Bolsonaro: o caso da Base Nacional Comum Curricular e o ensino de ciências. **Koan Revista de Educação e Complexidade**, Cianorte, n. 8, p. 05-30, 2020.
- GONZÁLEZ REY, F. Ideias e modelos teóricos na pesquisa construtivo-interpretativa. In A. Mitjáns Martínez; M. Neubern & V. D. Mori (Orgs.). **Subjetividade contemporânea: discussões epistemológicas e metodológicas**. (pp.13-34). Campinas SP: Editora Alínea, 2015.
- GONZÁLEZ REY, F. **Advancing on the topics of Social and Subjectivity From a Cultural–Historical approach: Moments, Paths, and Contradictions**. Journal of the Theoretical and Philosophical Psychology. New York: American Psychological Association, 2016, p. 185. (DOI: 10.1017/CCOL0521831040).
- GONZÁLEZ REY, F.; MITJÁNS MARTÍNEZ, A. **Subjetividade: teoria, epistemologia e método**. Campinas-SP: Editora Alínea, 2017.
- MONTEIRO, S. A. de S.; RIBEIRO, P. R. M. Sexualidade e Gênero na atual BNCC: possibilidades e limites. **Pesquisa e Ensino, Barreiras**, v. 1, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufob.edu.br/index.php/pqe/article/view/626>. Acesso em: 16 ago. 2020.
- MUNIZ, L. S.; MITJÁNS MARTINEZ A. **Aprendizagem criativa da leitura e da escrita: princípios e estratégias do trabalho pedagógico**. 1 edição – Curitiba: Appris, 2019.
- REIS, N. dos; GOULARTH, I. dos R.. Questões de Gênero no Ensino Médio: interfaces em Sociologia, Biologia e Interdisciplinaridade. **Revista Café com Sociologia**, v. 6, n. 1, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/774/pdf>. Acesso em: 13 set. 2020.
- RORAIMA. **Estatuto Social: Associação de Luta pela Igualdade Sexual no Estado de Roraima - GRUPO ATHENA - ALIS/RR**. Boa Vista-RR, 2012.
- SANTOS, M. S. B.; MIESSE, M. C.; CARVALHO, F. A. de. As Questões de Gênero e Sexualidade e o Movimento Escola Sem Partido: Qual o Impacto para a Base Nacional Comum Curricular?. **Revista Diversidade e Educação**, v. 9, n. Especial, p. 509-531, 2021.